



## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2010

### Acta n.º 8

Ao décimo terceiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:15 horas, no salão de festas do Futebol Clube Ferreiras, por convocatória de um de Julho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 24/02/2010; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da nova repartição de encargos e ratificação dos actos praticados relativos aos encargos assumidos nos anos de 2005 a 2009, do concurso público para prestação de serviços de limpeza urbana no município de Albufeira entre 1 de Abril de 2005 e 28 de Fevereiro 2013, nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal por delegação de poderes da Câmara Municipal, da abertura do procedimento para o novo contrato de software Assurance Micro (Licenciamentos), nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

**PONTO QUINTO:** Nomeação de um representante do município de Albufeira para integrar o Concelho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve, nos termos da alínea b) do n.º1 e do n.º6 art. 31º do D. L. n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2010/2013, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2010 incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel



de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino (21:30h), José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro. -----

**FALTAS:** Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face ao pedido de substituição apresentado pelo Membro Miguel Mesquita, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o Membro Nuno Lisboa. -----

**Havendo quórum** (vinte e seis presenças), o Presidente da Assembleia toma a palavra.

Presidente da Assembleia - "Antes de dar início a esta Assembleia, gostaria que iniciássemos com um minuto de silêncio, dado ter falecido o nosso Presidente de Junta de Freguesia da Guia, Senhor José Cabrita, também conhecido por Santos, que também era membro desta Assembleia Municipal e a sua falta é para nós todos uma perda dolorosa." -----

Faz-se o minuto de silêncio. -----

Havendo quórum, o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Carlos Ventura - Apresenta intervenção (doc.1). -----

$\mathcal{I}$



[illegible]

A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE TEM COMO BOM FIM  
ESFORÇO DE TODOS E FORMULA CONSTRUÇÃO DE UM SACER-  
DOTE, LIVRE DE DEPENDÊNCIA,  
AS SUCESSORES DE BENTÃO SÃO ALTERNÂNCIA DE PESSOAS  
DE FIM DO 2º MILENIO  
ORNOVAR SE M O EQUIPAMENTO DE UMA SOCIEDADE DURANTE

211







Texto - Intervenção de  
 Sr. Vitor Clemente - Presidente da Assembleia  
 da Câmara Municipal de Albufeira, no Conselho Municipal de Segurança de Albufeira,  
 em falta aquando da tomada de posse do referido Conselho (doc. anexo). -----  
 De seguida, o Presidente da Assembleia passa ao período destinado aos Membros da  
 Assembleia. -----  
 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----  
 Vitor Clemente - "Há pouco, falei com o Sr. Presidente da Assembleia sobre matéria  
 que já prestamos devida homenagem mas, no entanto, é certo que nós subscrevemos  
 tudo isto e apresentamos também ao nível do PS ou de todos os membros da  
 Assembleia, se assim o entenderem. (apresenta doc.2). Vamos propor um minuto de

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia dá  
 posse, à Membro Rosário Charrua, no Conselho Municipal de Segurança de Albufeira,  
 em falta aquando da tomada de posse do referido Conselho (doc. anexo). -----  
 De seguida, o Presidente da Assembleia passa ao período destinado aos Membros da  
 Assembleia. -----  
 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----  
 Vitor Clemente - "Há pouco, falei com o Sr. Presidente da Assembleia sobre matéria  
 que já prestamos devida homenagem mas, no entanto, é certo que nós subscrevemos  
 tudo isto e apresentamos também ao nível do PS ou de todos os membros da  
 Assembleia, se assim o entenderem. (apresenta doc.2). Vamos propor um minuto de



silêncio, ele já foi feito. Também iríamos propor mas a Câmara já se antecipou, com data de trinta de Junho, que venha a ser dado o nome José Cabrita a uma das artérias da freguesia da Guia." -----

Vimos apresentar ~~condolências~~ <sup>condolências</sup> a José Cabrita – Presidente da Freguesia da GUIA

José Cabrita ao longo da sua vida política, sempre considerou a sua Freguesia como uma das mais belas deste País, trabalhou para que ela freguesia da Guia fosse considerada.

É triste vermos o homem partir, quando ainda estava de condições de dar de si a causas que no caso do (SANTOS) ainda muito teria dado em prol da sua Freguesia.

Partir é uma dor profunda, para a família e para os amigos, restando-nos uma saudade do Santos. Com a sua alegria no seio de nós, Não devemos esquecer o Homem com a sua simplicidade e a sua humildade de gente que sabia defender as causas e as obras necessárias à sua Freguesia. Recorda-me neste momento do trabalho do Santos para a edificação da sala Paroquial da Guia, com outro grande homem que Foi Arsénio Catuna, eram amigos, que a freguesia da Guia já os perdeu, mas como tudo; a vida termina mas a obra essa ~~está~~ continua..

✓ PROPOMOS um Minuto de silêncio em memória do Senhor JOSE CABRITA ( SANTOS).

PROPOMOS QUE VENHA A SER DADO O NOME DO José Cabrita a uma das artérias na freguesia da Guia.

Albufeira 30 de Junho de 2010





Luís Reis - "Eu gostaria de obter algumas respostas a alguns pontos que tenho vindo a apresentar ao longo destas Assembleias. Muitas delas não me foram respondidas, nem executadas. Em 20-04-2010, apresentei um pedido de algumas situações, em que pedia esclarecimento e pedia também que fossem realizadas algumas alterações e consertos. Passo a citar uma delas; continua a existir queda de pessoas na pequena fonte que está situada em frente ao antigo cinema de Albufeira. Aquilo é bastante agressivo, tem cerca de nove metros quadrados por vinte centímetros de alto em que, esses vinte centímetros de alto do pavimento, são em relevo. Nós, que presenciamos normalmente esses acidentes, não entendemos porque é que aquilo não é destruído, ou porque não é protegido em toda a volta. Esse é um dos pontos que gostaria de ver respondido. Com certeza já vos chegou aos ouvidos esses acidentes que acontecem ali e as pessoas ficam bastante mal. Tenho também um pedido de esclarecimento, sobre um ponto desse mesmo documento que entreguei, em que denunciava que o Grupo Saraiva tinha feito uma construção de um compartimento, com cerca de nove metros quadrados, num beco que termina em largo, que serve umas quantas moradias e que serve também um bloco de apartamentos que o Grupo Saraiva, em determinada altura, alterou e foi embargado. Contudo, foi desembargado e a coisa está lá. Fiz a denúncia à Fiscalização, que foi lá, tenho o número de processo dessa denúncia, as pessoas que lá moram nesse Beco, um deles é alemão e diz que está em contacto com o advogado dele na Alemanha que já fez uma participação que, presentemente, está no Consulado da Embaixada para ser traduzido e enviado para cá. Contudo, nunca mais houve resposta e o compartimento lá ficou feito, pintado e a ser utilizado. Da mesma firma, em determinada altura, também denunciei que, estava com paralelepípedos, com cerca de um metro e vinte por oitenta, a delimitar toda a parte do lado esquerdo da praia de S. Rafael. Movimentando terras, colocou esses paralelepípedos, onde, de início deixou um pequeno espaço para as pessoas terem acesso às praias, contudo, em determinada altura e de um dia para o outro, colocou mais paralelepípedos e as pessoas para irem para essa praia do lado esquerdo, a praia de S. Rafael, têm de passar pelo terreno agrícola do lado esquerdo, que é um terreno com proprietário. Nunca obtive resposta sobre isso, as denúncias foram imensas, a própria GNR e a Polícia Marítima andaram por lá e também foi publicitado em vários jornais. Presentemente, o Grupo Saraiva, na parte de cima junto aos pinheiros da praia de S. Rafael, está a colocar estacas a delinear uma espécie de circuito, que eu não sei em que é que vai acabar aquilo. Possivelmente acaba por fazer mais um circuito pedonal delimitado, que vai fazer com que não haja passagens dos peões pelas zonas das arribas. Segundo aquilo que me foi enviado, tudo indica que aquilo desemboca na parte do jardim daquele hotel que ele tem lá. Tenho também uma pergunta a fazer que gostaria de ver respondida. Já a fiz várias vezes, toda a gente já a fez pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira e de há muitos anos para cá a resposta tem vindo a ser alterada consoante as circunstâncias. Contudo, ninguém viu até à presente data a resolução do assunto. A Rua Alves Correia que, presentemente, está impedida de circulação de veículos a partir de determinada hora, esse segmento da MFA e que desemboca no



jardim de Albufeira. Todos os comerciantes, advogados, empresários, os próprios moradores se queixam que a Rua do MFA e a Rua Alves Correia, nunca foram beneficiadas. No início, o argumento era que a Polis com os seus camiões destruíra tudo aquilo que fosse feito. Depois passou a Polis. Gostaria que o poder político por lá passasse e conversasse com as pessoas que tentam a sua sorte naquelas ruas e lhes perguntasse, o que acham, o que está errado na rua em si. Compreendemos perfeitamente que as escadas rolantes retiraram uma circulação, bastante grande, daquela rua cá em cima mas, contudo, a rua está bastante triste e bastante ocupada por cartazes, cadeiras, etc., obstruindo, quer a entrada quer a saída. A rua está abandonada, não está delimitada em questão das fachadas, têm abuso de decoração. A rua não é atractiva porque está cheia de buracos colmatados e nota-se que está toda aos altos e baixos. Gostaria de saber, em que tipo de posição e que tipo de atitude é que o poder político local pretende cumprir tudo aquilo que foi dizendo ao longo dos tempos, já muito antes da Polis começar. Além disso, tenho aqui outra questão que gostaria de ver respondida: Nós temos um grupo chileno que está, cinco dias por semana, a tocar no jardim de Albufeira, de manhã, de noite, às horas que lhes apetece. Quem é que superentende uma situação destas? Nós portugueses que estamos lá em baixo, temos orgulho de ser portugueses, temos as nossas coisas, folclore, nossa música, apanhamos todos os dias lá em baixo com um grupo chileno de fantoches a tocar. Aquilo já está perfeitamente ultrapassado, não nos identificamos minimamente com eles e além disso, os turistas chegam cá e devem achar que caíram num país do terceiro mundo, porque nós não temos música para apresentar lá. Podíamos dar lugar a outros cantores solistas, pessoas credenciadas, folclore, grupos de miúdos, que pertençam a instituições e que fossem para lá gratuitamente. Seria muito mais proveitoso, iria trazer-nos muito mais orgulho, ver esse tipo de situação, do que estar a ver um grupo chileno todos os dias. Também recebi hoje um documento que é, angariação de clientes e distribuição de publicidade, que foi distribuído por um senhor fiscal, que nos foi entregar a todos lá em baixo e acompanhando este veio outra circular dizendo que a Câmara Municipal de Albufeira iria tomar posição sobre o ruído e sobre a angariação de clientela e distribuição de folhetos. Este que eu tenho aqui em mão refere que existe um problema na angariação de clientela e distribuição de publicidade. *"Somos presentes, a sensibilizar vossa excelência no sentido de colaborarem connosco na resolução deste problema que tanto prejudica o nome da cidade de Albufeira enquanto destino turístico"*. Contudo, eu vejo aqui que a atitude que a Câmara está a tomar em relação a um problema que já lá vem, há não sei quanto tempo, é uma atitude que, se calhar não valia a pena terem mandado esta circular a ninguém. Não cabe na cabeça de ninguém, de que quem esteve a estudar este documento, quem regula e quem põe aqui estas três limitações às pessoas para angariarem clientes, se baseie ou tenha até perdido tempo a pensar nisto. É que as únicas limitações que estão aqui são: ostentem boa apresentação, a maior parte de angariadores de clientes que eu conheço, ostenta já por si boa apresentação, salvo se este documento incluir os indivíduos do time sharing ou os indivíduos de outras etnias



que fazem venda na rua; permaneçam única e exclusivamente na frente do respectivo estabelecimento, isto é uma imposição gratuita porque, a venda do produto desse estabelecimento é dentro desse espaço, mas cada estabelecimento que existe no jardim tem vinte ou trinta metros de frente e aí podem colocar seis, oito ou dez angariadores de clientes. Esses angariadores limitam-se à fachada desse estabelecimento mas todos se movimentam até aos limites. Este documento devia basear-se na privacidade de circulação de qualquer pessoa na rua, sem ser interpolada. Não há nenhum turista que passe no jardim que não seja interpolado dez vezes para lá e, eventualmente, dez vezes para cá. Este documento está a dar liberdade a que todos os angariadores de clientes continuem a passear, bem vestidos, e a interpolar toda a gente. Isto não tem limites, assim como os placares não têm limites, assim como as mesas onde estão postos os menus não têm limites. Este documento que está aqui é gratuito, não é uma posição de força, nem sequer é uma posição da Câmara em relação a estes problemas para os resolver. Isto não resolve nada! Eles não distribuem publicidade mas interrompem as pessoas todas. Por exemplo, nós vamos a Loulé, os restaurantes não têm barulho e não têm angariadores de clientes. Quando não há angariadores em nenhum, toda a gente se dirige aos restaurantes, quando há angariadores, toda a gente tenta angariar. Isto é uma agressão à calma e à vida pacífica que as pessoas procuram. Eu gostaria que a Câmara tomasse uma atitude. E não um folheto destes que no fundo não obriga a nada. Pergunto também, ao Sr. Presidente da Câmara, se tem mais algum andamento à situação dos ciganos no terreno da Santa Casa, situado na zona da Baleeira. Se já há mais alguma evolução na compra, naquela situação que tinha falado em determinada altura." -----

Carlos Lima - Apresenta proposta relativamente às portagens na Via do Infante (doc.3). Gostava de pôr à consideração da Assembleia esta proposta e pergunta se a autarquia já tem uma posição sobre este assunto e se já a fez chegar a algum lado. ---





2.

A A.M. de Albufeira repudia e  
introdução de portos de  
via do Infante por considerar  
que a implementação das  
mesmas prejudica o Instituto  
de Albufeira em particular  
e o <sup>envolvimento do</sup> Albufeira em geral.

Considera esta A.M. que é  
de maior importância  
a não introdução de portos  
por não haver alternativas  
rodoviárias dignas.

*[Signature]*

Francisco Guerreiro (Presidente Junta Freguesia Paderne) - "Pergunto: em que ponto da situação se encontra o Plano de Pormenor do Escarpão. Hoje fui abordado sobre este assunto e não consegui responder. Custa-me um bocado quando não sei responder a coisas deste género." -----

Presidente da Assembleia - "Tenho aqui duas propostas para serem admitidas. Em relação à do Sr. Vítor Clemente, pergunto se quer fazer a proposta apenas do PS ou da Assembleia?" -----

Vitor Clemente - "Da Assembleia Municipal." -----

O Presidente da Assembleia coloca a proposta à admissão da Assembleia. -----

**VOTAÇÃO:** ADMISSÃO DA PROPOSTA APRESENTADA POR VITOR CEMENTE -----



Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --  
 Ausências: zero (00) -----  
**A proposta foi admitida por unanimidade.** -----

Não havendo intervenções relativamente à proposta, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
 Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --  
 Ausências: zero (00) -----  
**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

Presidente da Assembleia - "Relativamente à proposta do Membro Carlos Lima, penso que há uma série de fundamentos a apresentar. Eu concordo com ela, em absoluto, mas acho que deveríamos fazer uma proposta mais rica, mais trabalhada." -----

**VOTAÇÃO:** ADMISSÃO DA PROPOSTA APRESENTADA POR CARLOS LIMA -----  
 Votos Contra: zero (00) -----  
 Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --  
 Ausências: zero (00) -----  
**A proposta foi admitida por unanimidade.** -----



-----  
**VOTAÇÃO: PROPOSTA CARLOS LIMA** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

-----  
Presidente da Câmara - "Vou ser rápido. Relativamente às questões do Sr. Luís Reis. Aquela fonte faz parte de um processo e de um projecto que foi apoiado pelo Fundo Comunitário e, enquanto as auditorias não estiverem todas feitas e o processo fechado, obviamente, não podemos partir aquilo, sob pena de ser complicado em termos de restituição de verbas. O que se pode fazer é, balizar aquilo com vasos, arranjar uma forma de minimizar, porque não há outra forma de fazer neste processo. Sobre as questões que referenciou sobre o Grupo Saraiva. São questões que tiveram sequência em termos da fiscalização e acompanhamento em algumas pela DRH. Não tenho de memória estes processos. Se foram feitas perguntas, terá as respostas. Sobre a Alves Correia: houve um compromisso da Rua Alves Correia e MFA serem sequência lógica das intervenções Polis. O projecto está na fase de execução e, como em tudo, nós agora temos de reprogramar algumas intervenções. Temos projectos prontos para outras intervenções. Nós estamos como o Governo, se tínhamos dez obras para avançar, só podemos avançar com duas. Sobre a questão dos Peruanos. Já estão em Albufeira há vinte anos. Não fui eu que os trouxe para Albufeira. Reajustá-los, pode ser que o consigamos fazer. Há famílias que estão cá, estruturadas, os filhos estão na escola, na universidade. Houve um compromisso desta cidade, ao longo destes anos, a acolhê-los, de um momento para o outro não os podemos mandar para fora. Este concelho tem setenta e duas nacionalidades. Podemos escolher os amigos, agora as pessoas que vêm para o concelho não o conseguimos. Também há questões sociais envolvidas nesta questão. O processo dos ciganos. É um processo que está em curso e que, neste momento, não vou dar indicações nenhuma. Quando a Santa Casa os pôs lá há uns anos, sabia que não seria fácil tira-los de lá, com certeza. E não é fácil, mas nós estamos a tentar resolver essa situação. Em relação às portagens. A Câmara em si não fez nenhuma proposta. Eu já fiz algumas intervenções, já escrevi e já manifestei na Comissão política do meu partido essa posição, contra as portagens. Mas, como nós, um dia ouvimos falar que são quarenta isenções, noutro dia já são cento e dezanove, vamos esperar para ver se assenta para depois termos alguma deliberação consistente com o





momento. Neste momento, não estamos de acordo com as portagens, já o demonstrei em vários sítios e já o escrevi. Vamos aguardar que acalme, para podermos deliberar sobre uma coisa mais concreta. Sobre o Plano do Escarpão. Está em fase de execução. Não tenho aqui mais elementos para dar, mas depois posso explicar melhor." -----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia inicia a ordem de trabalhos. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 24/02/2010; -----  
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Alguns Membros apresentam pequenas correcções, que serão efectuadas posteriormente. -----

O Presidente da Assembleia coloca a votação a acta com as correcções já introduzidas.

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

**A acta foi aprovada por unanimidade.** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Vou ocupar um pouco o Sr. Presidente sobre a informação dele próprio. Na pág. 25, hão-de reparar no valor. Onde diz: "*Acção Administrativa Comum Ordinária (processo 396/04), interposta no Tribunal ... no valor de € 600.00,00...*". Pedia a correcção do erro, julgo que seja uma situação por acção. Na pág.28, processo 670/08, que aguarda despacho saneador, se tinha possibilidade de nos informar sobre esta situação da nulidade deste licenciamento. Na pág. 29, temos o processo 167/09, também no mesmo sentido da nulidade, em que o titular é Sesimbra 2000. Gostaria de saber em que posição está e se algum dia aquilo terá algum fim. É de lamentar ver uma construção em que ao longo dos anos houve investimento e que está parado, bem ou mal não estou a discutir. Na mesma página, processo 147/09, que diz respeito à mesma



situação. Como é que estas coisas se passam? Se isto é para durar no tempo. Na pág. 31, processo 564/09 e 565/09, acção administrativa especial, interposta no Tribunal Administrativo por Almerinda Simões Grade, visando a impugnação do despacho do Sr. Vice-Presidente sobre a situação da indemnização. Pergunto se o Sr. Presidente nos poderia dar algum tipo de esclarecimento ou explicação. Na pág.32, o que está em causa também é uma situação de indemnização. Processo 327/10, referente à Central de Camionagem que aguarda despacho saneador. Voltamos à pág. 16 que é uma situação mais complicada e presumo que seja também mais complicado o Sr. Presidente dar resposta a este tipo de situação. Foi a reunião de Câmara, salvo o erro em Maio, a alteração daquilo que chama regulamento tarifário, que são os aumentos de água e os componentes, águas residuais e sólidos urbanos. Passo a apresentar as diferenças do que se pagava e o que se paga hoje, nos vários escalões (doc.4)." -----

consumos de água versus cultura incluído resíduos sólidos e água residuais											
a partir Julho 2010											
	água	actual	diff +	7 <sup>o</sup>	ante	Res.Solid	ant	de.Rusid			
1-0-5	-0,16	0,3318	0,1718		-0,1	0,42	0,32	-0,1	0,4862	0,3662	
2-06-10	-0,37	0,4913	0,0613		-0,18	0,4704	0,2964	-0,15	0,5105	0,3605	
3-11-25	-0,57	0,6039	0,0339		-0,29	0,561	0,291	-0,18	0,5515	0,3815	
4-26-50	-1,15	1,2078	0,0578		-0,3	0,6492	0,3492	-0,2	0,6459	0,4459	
5-50->	-2,3	2,4156	0,1156		-0,35	0,779	0,429	-0,25	0,7749	0,5249	
tarif. fixa					0,5						
comercio											
única	-0,67	0,9058	0,2358		-0,5	0,5951	0,0951	-0,6	0,6037	0,0037	
tarif. fixa		5,3	5,3		3	5	2	2	3	1	
exemplos: consumidor domestico											
1	5	0,16	0,8	1,658			100	0,67	67	90,58	
2	5	0,37	1,85	2,1565			100	0,5	50	59,51	
	5	0,1	0,5	2,1			100	0,6	60	60,37	
	5	0,18	0,9	2,332					2	5	
				2,5						3	
	5	0,1	0,5	2,431							
	5	0,15	0,75	2,525							
sem fixa		0,5		1					-182		
		-6,3		16,751						218,46	
											36,96



Vitor Clemente - "Lamento que a Câmara, na parte do estudo, não tenha apresentado tudo isto, porque somos Assembleia, somos a voz daqueles que acreditaram em nós e pelo voto aqui nos colocaram. É certo também que a Câmara não pode subsidiar muitas coisas e também é certo que desde 2002 não havia mexidas nestas situações em termos de consumo, mas o que se vê hoje, com a crise que todo o mundo atravessa, são valores muito, muito elevados. Está tudo substanciado, em termos de estudos e os estudos são aquilo que nós sabemos, se é para aumentar, então criasse a situação da parte do estudo para aumentar. É certo que esta situação já foi votada por parte da Câmara e ela não irá voltar atrás sobre as posições que tomou, mas há uma chamada de atenção, que é isso que nos compete, para que haja um cuidado maior perante o consumidor. Era para ter apresentado uma proposta em relação às facturas, que aparecem na casa das pessoas, de um euro, onde a Câmara gasta mais de um euro a emití-las, mas essa situação foi alterada, agora já não vai aparecer mais um euro, vai aparecer é dez euros. Aquilo que era 6.3, passa para 16, é um bocado exagerado. Sr. Presidente, há uma situação que devia ser vista. Na publicação que foi feita sobre este novo regulamento do tarifário, tem o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º escalão, diz o 1º é de 0 a 5, o 2º escalão é de 5 a 10. No passado era de 0 a 5, de 6 a 10, de 11 a 25, de 26 a 50 e depois acima de 50. Alguma coisa está mal, porque o sistema pode vir a atingir as pessoas com cinco metros cúbicos." -----

Presidente da Câmara - "Em relação à última questão, o Sr. Vitor Clemente já foi autarca há uns anos, teve responsabilidades e sabe, duas coisas pelo menos. Há uma coisa que se chama Lei das Finanças Locais e outra que se chama Entidade Reguladora, que obriga que os autarcas assumam, muitas das vezes, compromissos. Ninguém gosta de aumentar nem penalizar ninguém. O que se passa é que, as águas que nós compramos são águas que muitas das vezes, estamos a pagar ao dobro daquilo que vendemos. Além disso, há questões que têm a ver com isenções. Ou seja, as famílias mais carenciadas têm formas de minimizar esses custos. Por outro lado, ao longo destes anos, não se tem feito a actualização, para evitar penalizar as pessoas, só que chega a uma determinada altura que nós somos fiscalizados por entidades e outros departamentos, que nos vêm perguntar o que estamos a fazer e dão-nos indicações de exigências para que os autarcas assumam certos compromissos e façam cumprir a Lei. Mesmo assim, se o Senhor comparar os preços do concelho de Albufeira com outros preços do Algarve e sabe que todos eles, de uma forma ou outra, mais um mês menos um mês, todos fizeram as correcções, todos fizeram os estudos, porque a Lei assim nos obrigou. Essa foi uma das intenções de assumir e ficamos muito abaixo do que eram as exigências, quer da Lei das Finanças Locais, quer da Entidade Reguladora. Se tiver o cuidado de ver também isso tudo, acabará por perceber que não fomos tanto quanto nos exigiam que fossemos, tendo em conta exactamente as pessoas e as questões sociais. Sobre a questão das duas funcionárias, da Almerinda e da Antónia, são processos que se arrastam ao longo de alguns anos e ficaram assim porque não foram tratados na devida





altura como deveriam ter sido, e a Câmara, as informações que teve, jurídicas e todas elas, eram no sentido de não assumir as classificações conforme elas pretendiam. Elas impugnaram, foram respondendo e o Tribunal, recentemente, veio-lhes dar razão e, a partir do momento que o Tribunal lhes dá razão a Câmara tem que assumir os compromissos. Esta é uma situação clara e muito objectiva. Sobre a questão da Sesimbra 2000. Toda a gente sabe que, no mandato anterior, foi objecto de fiscalização e de verificação no âmbito do IGAL, todo esse processo seguiu as tramitações e obviamente, todas as informações da Câmara foram com base nas informações técnicas e jurídicas. É um processo que está no Tribunal, a Sra. Juíza entendeu pela nulidade do processo mas, obviamente, que não me vai perguntar datas, porque esse processo está também a ser defendido quer pela Câmara quer pelos proprietários. Não sei explicar isso. É um processo que não está escondido de ninguém, as coisas estão muito claras." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa ao ponto seguinte. -----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da nova repartição de encargos e ratificação dos actos praticados relativos aos encargos assumidos nos anos de 2005 a 2009, do concurso público para prestação de serviços de limpeza urbana no município de Albufeira entre 1 de Abril de 2005 e 28 de Fevereiro 2013, nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta proposta (doc.5) e de seguida passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Visto o parecer jurídico emitido em 29 de Janeiro de 2010, que aqui se dá por reproduzido na íntegra, que nos diz que nada existe de ilegal na proposta apresentada, tecendo <sup>concluindo</sup> na conclusão XIV, uma conclusão que nos deixa em dúvida e que é a seguinte:

**« não está em crise o limite máximo postulado pelo n.º 1 do art. 21º do DL 197/99 para a manutenção da competência para o autorizar, no confronto com a competência legal no momento da fixação do custo total inicialmente previsto. »**

E confrontada a norma citada que nos diz que:

**« a competência fixada nos termos do art. 17º mantém – se para as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preço e contrato adicionais, desde que o respectivo custo total não exceda 10% do limite da competência inicial »**

sendo o valor inicialmente previsto de 30.427.000,00 e o agora proposto de 34.764.135,17,

fácil é de ver que 10% de 30.427.000,00 é igual a 3.042.700,00 os quais somados ao valor, representam um total de 33.469.700,00, o que é inferior ao valor de 34.764.135,17.

Não se compreende, assim, o postulado no, aliás, douto parecer jurídico, quando diz “não está em crise o limite máximo postulado pelo n.º 1 do art. 21º do DL 197/99 para a manutenção da competência para o autorizar”.

O que nos é proposto excede os 10% do valor inicial em cerca de mais 2%, mas excede.

Quanto ao restante da proposta, de ter havido aumentos substanciais por causa do aumento de áreas, de frequências de limpezas, etc, essa é uma questão de natureza política tomada pela Câmara Municipal, na defesa do interesse público e na resposta às necessidades de limpeza acrescida que se lhe colocaram, sem esquecer os magnos aumentos registados pelas revisões de preço previstas inicialmente, *no futuro contrato.*

1 / 5



Aliás, os aumentos de áreas de limpeza também foram previstos inicialmente.

A questão que se coloca a esta Assembleia, antes de mais, é que, para manter os parâmetros de qualidade e quantidade de limpeza no concelho, deverá aprovar a proposta da Câmara sob pena de ver reduzida aquela qualidade ou quantidade de limpeza, que a Câmara reputa de necessária a este concelho.

A alternativa seria de, ao ver chumbada a sua proposta, vir a Câmara com nova proposta a esta Assembleia para abrir novo concurso em relação às áreas de limpeza, que não pudessem ser cobertas pelo actual prestador de serviços, atento o aumento da despesa prevista agora, face à despesa prevista inicialmente.

Não se descortina vantagem para o município nesta solução, porque o valor dos trabalhos que acrescem já foram tidos como bons em concurso em termos de preço e a sua ampliação tem a ver com quantidades maiores de fornecimentos de serviços de natureza igual. Não há, aumento de preço, mas apenas aumento de áreas/ frequências de limpezas.

Além disso, a actual entidade prestadora de serviços, tanto quanto a razão nos pode dizer, porque já está no terreno e já presta os serviços, está em condições melhores do que qualquer outra entidade que se disponha apenas à prestação de serviços adicionais.

Ora, as necessidades de Albufeira, da sua imagem turística, não deve sofrer de hesitações numa área fundamental, a limpeza, quando a sua actividade principal, resulta em grande medida de uma boa imagem e a limpeza, seguramente, é uma necessidade diária e imperiosa, não só para aquela imagem turística, mas também para a colectividade.

Acresce que nada obstará a que, a actual adjudicatária dos serviços também pudesse concorrer a esse novo concurso de trabalho parcial de cerca de 2% do actual, e com valores superiores aos actualmente praticados, não deixando por isso, de ser a empresa em vantagem funcional para poder apresentar a proposta economicamente mais

2 6





vantajosa, perante qualquer outra e provavelmente mais ninguém concorrendo a apenas esses tais 2% de trabalhos.

Feitas as contas, tendo em atenção os altos valores que se verificaram de revisões de preços (fórmula contratual) atentos os aumentos grandes verificados, designadamente dos combustíveis, temos que o excesso em relação à previsão inicial é de cerca de 12%, o que representa um excesso de 2% em relação à previsão do citado artigo 21º do D.L. 197/99 de 8 de Junho.

Agora, a questão que se coloca, é de saber se esta Assembleia Municipal, em termos de legalidade, pode autorizar, sem mais, a proposta da Câmara Municipal, mas como daí resulta uma ampliação da despesa, tem esta Assembleia, quanto a esta matéria de se socorrer do douto Tribunal de Contas, tal como, aliás, consta da proposta da Câmara Municipal.

Nos termos do n.º 6 do Art. 22º e do Art. 18º n.º 1 b) do D.L. 197/99 de 8 de Junho, não existe limite quanto ao valor de autorização da despesa, ou seja, é sem limite o valor a poder ser autorizado.

Também o Art. 21º n.º 2 do D.L. 197/99 de 8 de Junho, nos diz quando for excedido o limite percentual estabelecido no número anterior (10%), **a autorização do acréscimo da despesa compete à entidade que detém a competência para autorizar a despesa total, ou seja, no caso, a Assembleia Municipal.**

Resta saber da eventual violação de qualquer princípio administrativo, da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa fé, da estabilidade e da responsabilidade.

Não nos parece que exista violação de qualquer destes princípios, mas melhor que nós, para ajuizar sobre essa matéria está o douto Tribunal de Contas. Esta Assembleia Municipal não dispõe de saber técnico – jurídico suficiente para, com segurança, poder aquilatar da absoluta legalidade da proposta apresentada e quanto a esta matéria tem de se socorrer de quem tem legitimidade para se pronunciar, pelo que, prudentemente, deve remeter a eficácia da deliberação, para quem de direito se pode

3  
5



pronunciar sobre a matéria de conformidade com as leis, colocando de forma transparente, nas mãos do Tribunal de Contas essa apreciação.

Aliás, é de lei que assim seja, pois a fiscalização do Tribunal de Contas deve ser prévia, uma vez que se trata de uma questão de aquisição de serviços que implica despesa.

À excepção das revisões de preço, que são legais, não existe nem se prevê qualquer alteração em relação aos valores inicialmente contratados, na proposta ora apresentada, mas tão só um aumento de quantidades de serviços, aumento esse que foi solicitado à adjudicatária pela Câmara Municipal, sem que daí resultasse qualquer alteração substancial ao contrato, mas tão só na quantidade de serviços prestados ao mesmo preço e consequentemente no valor global daqueles.

Assim proponho que se delibere

1. aprovar a proposta da Câmara Municipal tal como configurada,
2. que a deliberação supra tomada, só se torne eficaz após verificação pelo Tribunal de Contas da sua conformidade com as leis em vigor e a emissão do respectivo visto.

*[Handwritten signature]*  
13 de Julho de 2010

*[Handwritten mark]*



Florbela Caixinha - "Ouvimos com atenção as suas palavras e analisámos também o contrato, a documentação que nos foi entregue. No entanto, existem aqui algumas questões que gostaríamos de colocar e de ver respondidas, obviamente. Todos percebemos que houve aqui uma necessidade de aumentar a prestação dos serviços, houve uma alteração nas distâncias percorridas, conforme se refere aqui, tendo em conta o interesse público. No entanto, nós gostaríamos de saber quem é que autorizou essa ascensão do contrato, como é que foram aprovadas e quem aprovou essas alterações, como é que foi decidido alterar essas distâncias percorridas? Gostaríamos ainda, também, que alguém nos conseguisse responder, se houve alguma deliberação, alguma decisão, do executivo nesse sentido, ou então qual foi o departamento do município que decidiu. Quando se refere aqui que houve a necessidade de aumentar a prestação de serviços, se esses serviços também foram efectivamente prestados. Se surgiu só essa necessidade, ou se eles efectivamente foram prestados ou não. Em caso de resposta afirmativa, se já foi efectuado algum pagamento relativamente a esses serviços e consequentemente a esta extensão do contrato." -----

Francisco Calhau - "Independentemente de virmos a intervir novamente, queria apenas dizer que concordamos com a proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal." ---

Carlos Lima - Apresenta a sua intervenção (doc.6). -----



#### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE URBANA

Com um cenário de dificuldades financeiras no horizonte, ou se calhar já ao virar da esquina, temos que decidir sobre as prioridades de afectação dos dinheiros públicos.

Certamente que a higiene e limpeza urbana deverá continuar a ser uma preocupação de todos.

Não se pode, no entanto, hipotecar o desenvolvimento, e o apoio sustentado às outras actividades no concelho, como sejam a educação, a acção social e o associativismo, onde já se sentem os efeitos do decréscimo das receitas.

O acompanhamento deste tipo de prestação de serviços não é fácil, no entanto justificar os enormes aumentos, nas distâncias percorridas, que passaram na época alta de 110.000 ml/dia para 145.026 ml/dia – mais de 30%, na época baixa de 87.850 ml/dia para 114.807 ml/dia, também mais de 30%, e a criação de uma época intermédia (Maio e Outubro) de 87.850 ml/dia para 125.202 ml/dia – um aumento de mais de 45%, até agora verificados, com a necessidade de responder às solicitações dos comerciantes e residentes, em particular da zona da baixa, parece-me excessivo. A prestação dos serviços era tão deficiente que implicou este tipo de aumentos?

Neste contexto, de dificuldades financeiras, porquê considerar o aumento de 3% ao ano nos encargos com a limpeza urbana?

Estão previstas novas zonas de intervenção que até aqui não eram objecto de limpeza?

Em relação aos números apresentados, na página 3, diz-se que para o ano de 2010 prevendo os tais 3% de aumento de serviços prestados se irá gastar 3.972.394,37€, no entanto mais à frente na página 5 – Encargo Previsto para 2010 temos a verba referente a serviços prestados de 5.953.558,78€. Existe uma diferença de 1.981.164,41 ( facturação de 2009 a liquidar em 2010 ). No entanto na pág. 3 diz-se que a facturação de 2009 foi de 3.856.693,56€ e que se liquidaram 3.138.619,53, pelo que faltam pagar, não os 1.981.164,41€, mas 718.074,03€. Estou a analisar mal, ou existe algum lapso nas verbas indicadas?

Carlos Lima

13/07/2010

1

Francisco Oliveira - "Eu gostaria de fazer aqui uma intervenção relembrando a esta Assembleia que, de facto, desde o início em 2004, quando este contrato veio aqui a terreiro e posteriormente em 2005 foi aprovada a despesa, nessa altura o PS fez referência às dificuldades que este contrato poderia vir a ter. Infelizmente, temos agora razão e deparamo-nos, com esta situação complexa, é que o contrato em si e o caderno de encargos falharam e não transmitiu as garantias necessárias para este tipo de situação. Relembro também que, infelizmente, esta Assembleia tem andado desde





2007, 2008, não me quero enganar, a tentar debater esta situação, no sentido da sua resolução. E, se calhar, a proposta que o Sr. Presidente faz em alternativa a um novo concurso para as áreas que efectivamente não estavam no contrato, se calhar já o poderia ter feito e executado e nada impediria que a empresa que neste momento está a executar os trabalhos pudesse concorrer ao mesmo concurso e, se calhar, o mesmo estaria fechado. O que custa a nós, ao grupo do PS é que, em nome da necessidade e do interesse público, possamos aqui estar a ultrapassar regras que podem ser penalizantes, não só para o município, para a população em geral mas, também, para todos aqueles que possam participar nas deliberações. Portanto, é de facto importante retermos esta situação porque o interesse público apesar de ser muito importante, apesar de ser fundamental a imagem do concelho de Albufeira quer em termos de limpeza, de saúde pública e de higiene, para os que vivem cá e para aqueles que nos visitam, não pode permitir que se ultrapassem determinado tipo de situações e, de facto, é nesse sentido que lamentamos agora, decorrido todo este tempo, não se ter posto em marcha outros procedimentos para evitar estarmos perante esta situação. Nesse sentido, de certa maneira, concordamos com a posição do Sr. Presidente da Assembleia, de colocar ao Tribunal Contas mas, entendemos também que não é o bastante e por isso propomos que para além do Tribunal de Contas seja também remetido ao IGAL e à Procuradoria Geral da República, para a verificação da legalidade do contrato." -----

Francisco Calhau - "Já ouvimos com atenção todos os argumentos que foram apresentados pela oposição. Na realidade as preocupações são as que foram apresentadas aqui pela declaração do Sr. Presidente da Assembleia, pelo executivo camarário. O que é um facto é que estamos a lidar com um problema extremamente melindroso, estamos a lidar com higiene pública, com uma empresa que tem um contrato em curso e, portanto, temos que saber tratar desta questão sem afectar os munícipes. É essa a preocupação que está a ser manifestada desde o executivo até à tomada de posição, com a sua declaração, pelo Sr. Presidente da Assembleia, pelo grupo parlamentar do PSD e portanto, a oposição, na realidade, acaba apenas por vir confirmar essa preocupação, mas não lhe acrescenta mais nada de novo. Acho que estamos todos de acordo, a única coisa que eu não vejo é, porque é que para além do Tribunal de Contas ainda tem que haver fiscalização de outra entidade. Não entendo que seja necessário estarmos a pedir nesta fase a mais alguém que não seja o Tribunal de Contas. Se o Tribunal de Contas disser que está tudo bem, o que é preciso mais? Estamos a fiscalizar o Tribunal de Contas? Não me parece correcto." -----

Francisco Oliveira - "Em resposta ao Sr. Eng. Calhau. Não queremos fiscalizar o Tribunal de Contas, nem queremos que outras instituições fiscalizem, mas também há hipótese e penso com alguma validade, de que o Tribunal de Contas venha a declarar-se incompetente nesta matéria e venha a dizer que, efectivamente, nada tenha a ver com este assunto. E portanto, a assim acontecer, ficaríamos órfãos da verificação da legalidade deste contrato. É neste sentido, e é bem possível porque já tem acontecido, o Tribunal de Contas vir dizer, não é da nossa competência e portanto entendemos não



nos debruçarmos sobre o assunto e não responder a esta questão. A nossa intenção aqui, até como foi formulada pelo Sr. Presidente da Assembleia e muito bem, a nossa capacidade técnica para decisão sobre este assunto é diminuta e, podemos fazer juízos políticos mas, se calhar, de ordem jurídica caberá e essas entidades fazê-lo, de uma vez por todas, verificar da legalidade e não existirem mais dúvidas que possam pairar sobre todos os membros desta Assembleia e, eventualmente, membros do executivo." -----

Presidente da Assembleia - "Respondendo à Dra. Florbela, de "quem autoriza os aumentos de trabalhos", a resposta a essa pergunta eu posso dar, mesmo não fazendo parte da Câmara mas, é obvio que é a Câmara. "Se os serviços foram prestados?" Se a Câmara, é a entidade que recebe esses serviços e está a solicitar o seu pagamento, é óbvio que os serviços são prestados. Em relação à questão dos "pagamentos efectuados", eu ao ver este assunto também indaguei sobre essa questão e tanto quanto julgo saber, terão sido efectuados mas não que excedessem os limites autorizados. Portanto, o raciocínio é de que, até ao momento não há pagamentos executados que excedam os limites autorizados e por isso mesmo vem esta proposta da câmara. Se disse alguma asneira, agradeço que a Câmara me corrija. Em relação ao Dr. Oliveira, eu com todo o respeito que tenho por si, penso que esta sua proposta não faz sentido nenhum. Faria algum sentido se nós estivéssemos a tomar uma deliberação com eficácia, porque aí podia-se pôr em causa a legalidade do acto aqui praticado, mas não. A fiscalização dos actos que envolvem despesas, no caso, com natureza de pagamento de prestação de serviços, não compete ao IGAL que, portanto, não vai apreciar nada, nem ao Ministério Público. São figuras despropositadas, neste momento. Acho que é despropositado lá irmos, porque agora, quem tem de fiscalizar a questão da legalidade da despesa e é a única questão que é legítima que nós a coloquemos agora em sede de legalidade, é o Tribunal de Contas. Em termos políticos façam as considerações que quiserem. Agora, em sede de legalidade das deliberações, que é o que me interessa salvaguardar enquanto Presidente desta Assembleia, e de não os deixar a vós todos, pôr o pé fora da legalidade, tal está acautelado na minha proposta. Tento ser rigoroso e dentro das minhas limitações, fui ver as leis e as leis dizem-me que, quem tem que fazer a fiscalização da despesa é exclusivamente o Tribunal de Contas, mais ninguém. Mais, a proposta que eu faço, fica condicionada, por precaução. Vou reler para que não fiquem dúvidas nenhuma. Tentarei sempre que isso não aconteça, que alguns dos senhores tome uma deliberação de carácter ilegal. Poderei fazê-lo, inconscientemente. Mas aqui não tenho dúvidas nenhuma! *"A deliberação tomada só se torna eficaz após verificação pelo Tribunal de Contas da sua conformidade com as leis em vigor e a emissão do respectivo visto."* Até o Tribunal de Contas nos dar o visto, a decisão não existe. Só existirá se houver a conformidade, que é a tal parte que nós não temos a segurança absoluta, a certeza absoluta porque há aqui 2% que me causam algumas dúvidas; se não fossem esses 2%, se estivesse contido dentro dos 10%, eu não teria grandes dúvidas. Há esse excesso e penso que o Tribunal de Contas está mais que habilitado do que qualquer outra entidade, seja o Ministério



Público, seja IGAL, para ajuizar; aliás, ele fará parte da deliberação. Se, se recusar, então, não temos deliberação a autorizar nada, porque a eficácia só existirá com a emissão do visto. Se não houver visto, não há aprovação!" -----

Presidente da Câmara - "Estou atento, a proposta que está a discussão é minha e, portanto, no fundo, é apenas para reforçar aquilo que é também a opinião do Presidente da Assembleia Municipal e dos elementos da bancada do PSD e porque esta proposta foi feita com sentido muito objectivo de ouvir de quem ou quem melhor pode tratar destas coisas, que é exactamente o Tribunal de Contas. Essa questão que está a ser referenciada, penso que este não é o momento certo para entrar com esse procedimento." -----

Presidente da Assembleia - "Sr. Francisco Oliveira, quer fazer a sua proposta por escrito?" -----

Francisco Oliveira - "Não." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa às votações. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** -----

Votos Contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria.** -----

Presidente da Assembleia - "Não percebi bem a sua proposta Sr. Francisco Oliveira. Não está escrita. O que é que quer que se remeta ao IGAL e ao Ministério Público?" ---

Francisco Oliveira - "Está na declaração de voto que vai ser apresentada." -----

Presidente da Assembleia - "Mas a declaração de voto não é uma proposta. Eu tenho de saber antes no que consiste a proposta para colocar à votação. O que vou remeter ao IGAL, o processo todo? Não sei!" -----

Nesse sentido, o membro Francisco Oliveira apresenta proposta (doc.7). -----



## Proposta

O grupo do PS, na Assembleia Municipal de Albufeira, entende que é fundamental a prestação de um serviço de limpeza que assegure aos residentes de Albufeira e a todos aqueles que nos visitam, condições de higiene e da salvaguarda da saúde pública, pelo que entendemos a enorme importância que a recolha dos resíduos sólidos, bem como a limpeza das ruas e espaços públicos têm para este concelho e para a sua imagem, em termos nacionais e internacionais.

Porém, o Partido Socialista aquando da discussão nesta Assembleia Municipal da adjudicação deste contrato em 2004, alertou o executivo e os demais membros desta Assembleia, para os problemas de que o mesmo enfermava, referindo que o prazo era muito alargado e que tendo em consideração os elevados valores e o incrível encargo para o município, não estavam suficientemente acauteladas diversas situações, nem o contrato continha as garantias necessárias para a sua boa execução, como agora se pode constatar.

O Executivo PSD não se preocupou com tais questões, encontrando-se agora numa situação difícil, que é a de resolver um problema por si criado, e ao qual não deu a devida atenção.

A extensão contratual oferece-nos muitas dúvidas, sendo que os valores que inicialmente eram cerca de € 27.804.823,20 com IVA incluído, passaram para € 34.764.135,17, um aumento superior permitido por lei.





Assim, e podendo a situação em apreço configurar uma extensão ilegal do contrato, com a eventual violação das regras de contratação pública e com a possibilidade de responsabilização do município por eventuais irregularidades, bem como a responsabilização a nível pessoal de todos os intervenientes que participaram na decisão, não pode o Partido Socialista votar favoravelmente tal proposta, pelo que irá votar contra.

Assim, e para evitar qualquer dúvida sobre a legalidade do contrato e respectivas extensões, requer-se ao Digníssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira que o referido processo seja remetido às instâncias respectivas para controle da sua legalidade, nomeadamente:

1. Tribunal de Contas;
2. Procuradoria Geral da República (Ministério Público);
3. À tutela através da IGAL, que se encontra na dependência da Secretaria do Estado da Administração Local e da Presidência do Conselho de Ministros.

O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Albufeira.

13 de julho de 2010  
  
  
  


2

O Presidente da Assembleia coloca a proposta do PS a votação. -----

**VOTAÇÃO:** PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO FRANCISCO OLIVEIRA ----

Votos a favor: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----



Votos Contra: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -- Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi reprovada.** -----

Presidente da Assembleia - "Declaro de voto o seguinte: não gosto de passar a terceiros a fiscalização da legalidade pois esta Assembleia tem precisamente essa função. E portanto, estamos com a proposta que foi anteriormente aprovada e que aqui também contemplava, na primeira parte, a remessa ao Tribunal de Contas. Está feito o papel integral desta Assembleia que é, remeter conforme determina a lei, havendo um aumento de despesa, o processo ao Tribunal de Contas que fará a respectiva fiscalização. A Procuradoria-Geral da República ou o IGAL são entidades fiscalizadoras que estarão sempre para além e acima de nós, mas nós estamos ainda na fase de tomarmos as nossas deliberações e exercer aquilo que é de lei, que é o poder de fiscalização sobre a Câmara. Por isso votei contra esta proposta, por entender que está fora de tempo. É extemporânea." -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal por delegação de poderes da Câmara Municipal, da abertura do procedimento para o novo contrato de software Assurance Micro (Licenciamentos), nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Visando a abertura do procedimento de acordo com a informação dos serviços, cumpre informar o valor anual previsto com o contrato que é de 100.356,25 € + IVA. É um contrato de três anos, que irá perfazer 301.069, 95 € + IVA. Este valor anual do "software", o que é que comporta? Qual é o "software" que é necessário? Deve haver uma justificação, mesmo para a Assembleia, que a Assembleia tem de se pronunciar, não pela importância em si mas pelo período dos três anos, é por isso que vem aqui, porque pela importância, quer o Presidente, quer o Vereador, se tivessem competências, podiam muito bem tratar disto. É neste sentido que eu estou a questionar. Para que saibamos, de uma vez por todas, aquilo que a Câmara Municipal de Albufeira virá a pagar, no que diz respeito ao "software". Julgo que, na Câmara Municipal de Albufeira, haja técnicos balizados para, e formados nesta área. Se o Sr. Presidente tivesse em condições de nos poder informar, seria óptimo? Pelo menos ao votar votaríamos de facto com pleno conhecimento sobre a matéria, eu pessoalmente."



Presidente da Assembleia - "Penso que isto não terá tanto a ver com capacidades técnicas de formação mas tem a ver mais com o pagamento de licenciamentos de "software". Não sei se o Sr. Presidente está habilitado para responder a esta questão?" -----

Presidente da Câmara - "A única coisa que sei é que é um processo intermunicipal no âmbito da AMAL, e que os custos são muito mais baratos do que se fosse individualmente cada município. Neste momento, o que estamos a fazer é, procurar quer na central de contas, quer numa série de concursos na aquisição de consumíveis. Eu não percebo minimamente de "softwares", o que sei é que, estes custos são reduzidos em função de ser um projecto intermunicipal." -----

Vitor Clemente - "Eu creio que todos os membros da Assembleia tenham pleno conhecimento desta situação, que saibam o que é este "software". Eu não sei! Foi por isso que pedi esclarecimento. Que é através do programa da AMAL, que foram nomeados os técnicos, está aqui tudo. Mas que "software"? Isto só vem à Assembleia por ser por três anos, se fosse por um ano não viria cá e, ficaríamos nós encantados sem saber absolutamente nada. O que está em causa são valores. O que está em causa é, quando qualquer membro da Assembleia votar, deve pelo menos ter a dignidade, se tiver dúvidas, de perguntar e é isso que eu estou a fazer, para ficar esclarecido. Se é licenças, tudo bem, mas que haja uma explicação." -----

Paulo Freitas - "Do que me é dado a conhecer relativamente a este contrato de "software" com a Microsoft, isto não é um programa em si. Isto é um conjunto de licenças que o município adquire a um preço mais favorável para aplicação dos vários domínios em que a Microsoft tem "software". Isto não é um programa! Isto é um pacote de "software" que é vendido pela Microsoft no sentido de, a Câmara se poder municiar de "software" suficiente, como sistemas operativos, aplicações diversas, e não um programa específico que o município irá adquirir para aplicação nos vários computadores. Passa-se que, as escolas estão informatizadas, têm o Microsoft Windows nas escolas, têm o Excel, o PowerPoint a funcionar, e para isto são necessárias licenças, que são licenças em conjunto para a aplicação nestas várias valências. Não apenas um programa específico que irá ser adquirido para ser utilizado pelo município numa qualquer valência que o Presidente da Câmara venha a aprender a funcionar com os PCs. Não é uma situação pontual, é uma situação negociada pela AMAL e que depois o município de Albufeira, no âmbito do ajuste directo, contratou e ajustou os princípios que entendia como válidos e necessários para o município de Albufeira." -----

Francisco Calhau - "É apenas para reforçar aquilo que foi dito pelo meu colega, que é normal que as empresas, instituições, façam os acordos de licenciamento de "software". E esse licenciamento de software vai desde as aplicações à base onde trabalham as aplicações. É necessário que isso aconteça porque se não for feito nesse processo, é muito mais caro fazer licenciamento de "software" computador a computador. Basta pensar na quantidade de máquinas que existem na Câmara e nas escolas para se perceber que se tem de fazer um contrato de licenciamento geral e



que, inclusivamente, a própria manutenção desse "software" e desses computadores só é possível em rede através de uma licença geral. É isso que está aqui em causa, é uma licença de "software" da Microsoft, não me parece que haja qualquer problema." -----

Carlos Lima - "Já fiquei mais esclarecido. Agora, ao ler o primeiro parágrafo, diz que vai ser uma renovação do contrato, portanto isto já existe, termina em Setembro de 2010. Quanto é que a Câmara está a pagar actualmente por este contrato? Toda a gente sabe o que é que está a ser feito, a questão é se isto vem cá é porque as verbas são de molde a ter que vir cá. Há três anos isto já foi feito, porque desde sempre houve a necessidade de fazer estes contratos. A única dúvida que havia era só confirmar se isto era contratos, ou era assistência, ou outro tipo de serviço no âmbito da informática. Parece que é uma renovação de um contrato que já existe." -----

Paulo Freitas - "Obviamente que isto tem que ser lido num todo e no primeiro parágrafo refere que o contrato já existente "... termina em Setembro de 2010 e que o mesmo foi efectuado com vários municípios do Algarve, que aderiram ao projecto intermunicipal gerido pela AMAL ... A AMAL nomeou uma comissão técnica que integra um membro da AMAL, um do município de S. Brás de Alportel e um outro do município de Albufeira, com a finalidade de se proceder à elaboração do caderno de encargos com vista a celebração de um concurso público internacional para a formalização do acordo quadro. Após a celebração do referido procedimento cada município fica autónomo para proceder à celebração do procedimento por ajuste directo ...", que é o que a Câmara está a fazer! Como se sabe, todas as licenças de "software" para entidades públicas, para entidades profissionais, que não de uso meramente particular, estão sujeitos a licenciamento e estão sujeitos a determinado tipo de prazos. É o que se passa aqui. É um contrato que teve um prazo de fornecimento de "software" e de licenciamento desse "software", terminou, outro procedimento, nova contratação se impõe. Isto é do mais simples que há!" -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

**A acta foi aprovada por unanimidade.** -----

## PONTO QUINTO





Nomeação de um representante do município de Albufeira para integrar o Concelho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve, nos termos da alínea b) do n.º1 e do n.º6 art. 31º do D. L. n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.8). -----

### PROPOSTA

O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, vem propor para a nomeação de um representante do Município de Albufeira para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve, correspondente ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 13 de julho de 2010, o nome do Dr. José Gerardo Soares.

O Grupo do Partido Socialista  
13/07/2010

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



O membro Francisco Calhau pede a suspensão da sessão por alguns minutos. -----

Ninguém se opõe, a sessão é suspensa. -----

O Presidente da Assembleia retoma a ordem de trabalhos. -----

Adriano Ferrão - Apresenta proposta (doc.9). -----

(B)

# PROPOSTA

O PSJ Vem PROPOR

O DR. NUNO LISBOA

PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO

DE ALBUFEIRA E INTEGRAR O

CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO

DE CENTROS DE SAÚDE DO ALGARVE.

Vitor Clemente - "A Assembleia tem a dignidade que tem e nós temos de dar dignidade à Assembleia. O Sr. Presidente da Assembleia iria colocar em votação este ponto por voto secreto. Significa que a proposta do PS era a única proposta aceite pela mesa da



Assembleia. O Sr. Presidente está a abrir uma excepção neste preciso momento e eu, se o Sr. Presidente mantiver a parte da excepção, com todo o interesse se a bancada do PSD tivesse o trabalho de casa feito, teria apresentado a proposta logo em simultâneo. Se o Sr. Presidente mantiver esta situação, em termos de duas propostas, eu retiro-me da sala e não voto." -----

Presidente da Assembleia - "Em relação à dignidade da Assembleia e à condução dos trabalhos e com todo o respeito que o Sr. Vitor merece, cabe-me a mim e a mais ninguém fazer e promover essa dignidade e a condução dos trabalhos. Ficarei com muita pena se, se levantar e for embora mas também está na sua liberdade, como membro da Assembleia, para o fazer. Contudo, a sua observação e que tem a sua razão de ser, peca por uma coisa, é que não tinha ainda iniciado a votação. Alguém me solicita a suspensão e devo dizer que não é por ter sido do PSD que eu posso abrir essa excepção, porque se tem vindo do PS eu abriria na mesma e não por via de excepção, porque não é um comportamento excepcional. Depois de ter sido iniciada a votação, aí sim, é que já não admito mais propostas, venham elas de onde vierem, por regra. Se assim tivesse sido aí poderia ter havido um comportamento de excepção, mas não. Até ao momento da votação, é legítimo e têm o direito, qualquer das partes aqui presentes, de apresentar propostas. Agora, a votação não se iniciou. A votação só se inicia quando alguém desta Assembleia já estiver apto e estiver na sequência dessa aptidão, votado. Aliás, eu até ao início da votação dou sempre a palavra seja a quem for desta Assembleia, nunca neguei a palavra a ninguém e quando alguém pede a palavra antes da votação. Eu estou convicto que a votação não começou, a votação só começa quando alguém expressar a sua vontade. Até aí, a minha regra, é que todos têm a liberdade absoluta de manifestar aquilo que quiserem e portanto, vou manter essa regra. Não vou prejudicar ninguém, nem a dignidade desta Assembleia. Regra geral, tem sido uma constante desta Assembleia, não só neste mandato como no mandato anterior, porque a primeira coisa que eu entendo nesta Assembleia e que é fundamental, é a liberdade de todos os membros desta Assembleia, por igual, de fazerem os seus comentários, as suas intervenções, as suas observações e as suas propostas e que podem fazer até ao início da deliberação. Depois de iniciar a deliberação, aí já não. Ora, a deliberação não começou, disso tenho consciência absoluta." -----

Vitor Clemente - "Respeito a sua tomada de posição. Foi o Sr. Presidente que abriu a urna, foi o Sr. Presidente que mandou distribuir o boletim de voto. Ficou por aqui." ----

Presidente da Assembleia - "Muitos dos membros ainda não têm boletins de voto. Já alguém votou? Se ninguém votou não há início de votação! Isto está a entrar em moldes que são inadmissíveis a uma Assembleia. Se eu estivesse a admitir um comportamento excepcional, mas ninguém nesta casa pode dizer o contrário, eu tenho a consciência tranquila, absolutamente tranquila. Portanto, não ponham em causa a dignidade da condução dos trabalhos da Assembleia, porque eu não posso aceitar isso de maneira nenhuma. Se há coisa que eu tenho tentado fazer, não quer dizer que eu o consiga sempre, é que esta Assembleia seja conduzida com imparcialidade absoluta e igualdade. Depois, manifesto as minhas convicções políticas, independentemente dos



trabalhos da condução da Assembleia. Isso é outra questão. Sou do PSD, tenho as minhas convicções, sou partidário e dou a cara pelo PSD. E a coisa que até mais aprecio é a diferença de opinião. Não é uma excepção, é regra geral que até ao momento da votação sempre admiti intervenções, inclusive, independentemente de ser para propostas. Se a pessoas tem o direito de intervir, também tem o direito de propor, não podemos negar isso a ninguém." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto. -----

Os membros Vitor Clemente e Carlos Lima ausentam-se da sala. -----

**VOTAÇÃO:** -----

PROPOSTA A (apresentada pelo PS) - quatro (4) votos favoráveis -----

PROPOSTA B (apresentada pelo PSD) - dezanove (19) votos favoráveis -----

Um (1) em branco -----

**Foi aprovada a proposta do PSD. Foi nomeado o membro Nuno Lisboa.** -----

O presidente da Assembleia propõe que os dois pontos seguintes sejam debatidos em conjunto e votados separadamente. Ninguém se opôs. -----

#### **PONTOS SEXTO e SÉTIMO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2010/2013, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2010 incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

**VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010/2013** -----

Votos Contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria.** -----

**VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2010** -----





Votos Contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por maioria.** -----

Antes de encerrar a sessão, o Presidente da Assembleia coloca a votação as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Vítor Clemente -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Nuno Lisboa, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

**As minutas foram aprovadas por maioria.** -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão cerca das 23:40 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 14 de Julho de 2010 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_